



ATENDIMENTO AOS ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PANDEMIA DE COVID 19, EM CORUMBÁ, MS

Damiana da Costa Sanchez de Oliveira

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Resumo: A pandemia de Coronavírus (Covid 19) desafiou a Educação Brasileira, pois, impôs novas formas de ensinar, de se comunicar. Tratamos aqui de como se desenvolveu o ensino à distância na cidade de Corumbá/MS aos alunos público-alvo da educação especial, de uma escola da rede municipal de ensino. O estudo apresenta a forma de atendimento aos alunos, os materiais desenvolvidos para apoiar a aprendizagem e o contexto de ensino à distância. O procedimento utilizado na pesquisa foi à pesquisa de campo, dentro das normas de biossegurança que preconiza o Ministério da Saúde, devido ao momento crítico. Os dados foram coletados por meio de Diário Oficial do Município, normativas e artigos relacionados ao tema. O ensino remoto em desenvolveu-se através de atividades impressas e *online*. O acompanhamento desses alunos ocorreu à distância, através de aplicativo *WhatsApp* e as atividades foram elaboradas e impressas pela unidade escolar. Conhecer a prática pedagógica no cenário pandêmico e o seu desenvolvimento fez-se necessário para o contexto educacional. Os professores que têm aluno público-alvo da educação especial desenvolveram atividades impressas, realizando adaptações com materiais recicláveis e reutilizáveis, encararam essa nova realidade de forma ativa e acreditando no esforço da família em auxiliar a aprendizagem. O caminho ao conhecimento e a contribuição para a aprendizagem de todos os alunos foram desafiadores durante a pandemia, especialmente, o professor que tem aluno público-alvo da educação especial. A aula à distância foi necessária, foram várias adequações para que o ensino/aprendizagem acontecesse. Por falta de uma política de investimento público, a maioria das atividades adaptadas foi produzida pelo professor com recursos próprios.

Palavras-chave: Educação Especial; Ensino Remoto; Covid 19.

Introdução

A situação de emergência sanitária em saúde, vivenciada em 2020, colocou um novo cenário para educação em todo o mundo e no Brasil não foi diferente. Passamos diversas adaptações tecnológicas (celulares, notebook, tablete, reuniões via aplicativo, atividades *online*), novas formas de ensinar e atender o aluno à distância, acentuando ainda mais a exclusão que há em nossa sociedade, seja digital, social ou educacional. A quarentena foi uma das medidas de biossegurança para manter o isolamento social. Santos (2020) afirma que as



limitações que a sociedade impõe às pessoas com deficiência fazem com que se sintam em quarentena permanente. O aluno público-alvo da Educação Especial (PAEE)¹ por si só já vive uma quarentena, por conta de suas limitações e tem na escola seu espaço acolhedor, social, de interação e de repente se vê novamente isolado, sem a presença dos colegas, sem o contato diário com seus professores. Pletsch (2020) realiza várias reflexões sobre assegurar a inclusão desses. Pensar nas questões de acessibilidade ao conhecimento.

Para Favero (2004) a educação é um direito humano e, como não poderia ser diferente, é previsto em nossa constituição, em seu art. 6º em primeiro lugar entre os chamados “direitos sociais”. A educação é um direito social que deve ser levado a todos, a inclusão não pode ficar só no papel. Mesmo que o profissional da educação tenha passado por diversas capacitações, a prática sempre impõe mais, exige mais, desafia mais e nos leva a diversas reflexões, como atender o aluno público-alvo da educação especial em tempos de pandemia? Como analisar esse desenvolvimento pedagógico? Como não acentuar ainda mais essas limitações que o aluno da educação especial tem?

Diante desse contexto, o objetivo deste trabalho é apresentar como os alunos público-alvo da educação especial (PAEE) foram atendidos durante o período de pandemia de Coronavírus (COVID 19), em Corumbá/MS.

O ano letivo nas escolas públicas de Corumbá-MS iniciou-se no mês de fevereiro de 2020 e a pós um mês de aula, as autoridades sanitárias decretam situação de emergência internacional. O Ministério da Educação publica a portaria nº 343 de 17 de março de 2020, em razão do enfrentamento ao COVID-19, substituindo as aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação pandêmica.

As escolas começaram a se preparar para as aulas de forma remota/ à distância. A princípio, em Corumbá/MS as aulas ficaram suspensas quinze dias (aguardando as autoridades competentes com novas instruções). As aulas foram retomadas em abril com aulas de forma remota/ à distância, conforme o decreto nº 2.263/2020 com atividades para os alunos regularmente matriculados na rede pública de ensino de forma *online*. Contudo, ao acessar a plataforma foi notória ausência de atividades específicas para o público-alvo da educação

¹O público-alvo da educação especial se caracteriza por pessoas com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).



especial.

Este trabalho se caracterizou por uma abordagem documental complementada com uma pesquisa de campo. Segundo Freitas (2002) e Molon (2008), a pesquisa de campo prioriza a descrição da produção, processo e análise dos dados durante a pesquisa. A definição do objeto de pesquisa assim como a opção metodológica constitui um processo tão importante para o pesquisador quanto o texto que ele elabora ao final (Duarte, 2002). Saber usar os instrumentos da pesquisa nos permite avaliar com mais segurança as afirmações que fazemos. A pesquisa de campo foi necessária, mesmo diante da pandemia, para acesso às informações na escola de como estavam ocorrendo o trabalho pedagógico e o atendimento aos alunos com deficiência, através do depoimento da coordenadora pedagógica. Nessa situação de pandemia, os professores estavam trabalhando em regime de escala, para evitar aglomeração. A coleta de dados foi realizada através de levantamento dos decretos e normativas no ano de 2020, publicados no diário oficial do Município de Corumbá. Os dados coletados foram registrados em um caderno de notas, conforme proposto por Bodgan e Biklen(1994).

A pesquisa buscou entender como ocorreram as atividades adaptadas no Ensino Fundamental I, no processo de alfabetização do aluno público-alvo da educação especial e quais os recursos tecnológicos que possibilitaram aprendizagem, se houve recurso tecnológico, durante a pandemia de coronavírus (COVID 19). A escola pesquisada conta com Atendimento Educacional Especializado (AEE) que tem profissionais especializados para auxiliarem os professores regentes.

Aprendizagem em tempos de pandemia

Em 17 de março de 2020, as aulas na rede pública de Corumbá/MS foram suspensas devido ao decreto municipal nº 2.263/2020, assim como em todo território nacional. No início de abril foi instituída a aula à distância e a Secretaria Municipal de Educação criou, no mês de julho, uma plataforma *online* que podia acessada pelo celular, tablet, computador para que os alunos realizassem as atividades. No entanto, muitos alunos não possuíam os meios digitais para se conectar as atividades. Então, as escolas ofereceram as atividades impressas para os alunos sem acesso digital.



Para Reis, Fonseca e Vieira Júnior (2021), é muito importante que o docente continue mediando e propondo atividades que integram e incluem a turma, mesmo diante da pandemia. Em Corumbá, a equipe pedagógica buscou, através da busca ativa, localizar os alunos que não estavam recebendo nenhum tipo de atividade e nem entrou em contato com a escola (CORUMBÁ, 2020).

Vimos a fragilidade de nossa sociedade em lidar com a inclusão. Quando verificamos o que está previsto na nova LDB: “O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo”, (BRASIL, 1996, Art. 5º), o oferecimento de uma Educação de qualidade e o acesso a todos, são aspectos importantíssimos.

A Instrução Normativa da Secretaria Municipal de Educação de Corumbá (SEMED) nº 002, de 08 de junho de 2020, estabeleceu critérios para a organização das estratégias para assegurar a aprendizagem dos estudantes da rede municipal de ensino, dentre elas, o Plano de Estudo Tutorado (PET) que possui natureza de ferramenta de ensino. Tal ferramenta também disponibilizada via internet, contendo atividades por modalidade, etapa de ensino e ano escolar.

O decreto municipal nº 2.339, de 30 de junho de 2020, dispunha sobre a manutenção da suspensão das aulas da Rede Municipal de Ensino – REME, em Corumbá, reforçou que o estado pandêmico permanecia sem a aula presencial em que os alunos continuariam sendo assistidos de forma remota.

Santos (2010) esclarece que o educador deve explorar os recursos tecnológicos como facilitadores no processo de aprendizagem e de inclusão escolar. Uma das tecnologias é o computador e com este equipamento, o aluno pode explorar com o professor imagens, mensagens, desenhos educativos, conteúdos planejados pelo professor. Contudo, diante da pandemia de coronavírus, percebeu-se que muitas famílias não possuíam o computador e quando têm o celular o consumo de dados móveis não é o suficiente para realização de todas as atividades. Nesse contexto, muitos alunos da escola pública não tiveram como se adaptar às tecnologias que foram utilizadas na aula *online* durante a pandemia de coronavírus (COVID 19), por não possuir o meio tecnológico (MACEDO, 2021). Macedo (2021) afirma que coube às diversas escolas públicas, famílias e professores encontrarem soluções criativas e paliativas para tentar manter conexão com seus estudantes.



No caso estudado, os gestores públicos não conseguiram ter um olhar inclusivo, no que diz respeito a uma plataforma específica para os alunos público-alvo da educação especial, assim como prover o meio tecnológico que os auxiliassem. Os alunos público-alvo da Educação Especial não tiveram acesso à plataforma *online* da Reme, pois de acordo com a coordenadora pedagógica trata-se de especificidade e o professor regente/professor de apoio deveria fazer as adaptações necessárias para que o aluno com deficiência pudesse realizar as atividades sem o auxílio presencial do professor (Resolução/SEMED nº 122).

A coordenação pedagógica da escola informou também que os alunos com deficiência estavam sendo atendidos com atividades impressas, elaboradas pelos regentes e professores de apoio. Essas atividades eram retiradas pelos responsáveis na unidade escolar. Quando havia a necessidade de um acompanhamento específico, os professores de apoio iam até a residência para ajudar esses alunos. Algumas atividades foram enviadas por aplicativo via *WhatsApp* e e-mail.

O núcleo familiar foi muito importante neste processo de aprendizagem, pois os professores enviaram as atividades para os responsáveis e a família tentaram ensinar/realizar. As famílias precisaram criar um “ambiente escolar” dentro de casa para que o aluno ficasse sentado para realizar as atividades. Um caso é um aluno com síndrome de Down que a mãe solicitou à unidade escolar uma mesa e uma cadeira para que seu filho desenvolvesse as atividades. A escola documentou o empréstimo da carteira e cadeira e assim o aluno pôde realizar suas atividades remotas.

Durante o período de suspensão de aulas presenciais os alunos público-alvo da educação especial continuaram sem atendimento digital, apesar da portaria do MEC nº 343 determinar que aulas remotas com meio digital deveria ser para todos.

O professor enfrentou mais um desafio com a pandemia, propor atividades que integram os alunos mesmo que a distância. O caminho ao conhecimento e a contribuição para a aprendizagem de todos os alunos foram desafiadores durante a pandemia, especialmente, o professor que tem aluno público-alvo da educação especial. Muitas questões deveriam ser contempladas: Como proporcionar atividades de forma remota? Como potencializar o aprendizado a distância? Como avaliar se o aluno público-alvo da educação especial está conseguindo realizar as propostas enviadas? Como elaborar atividades impressas? Diante de



todos esses questionamentos, na unidade escolar observada, muitas das atividades foram adaptadas com materiais recicláveis e reutilizáveis, para trabalhar nomes de objetos, adição, subtração, cores, formas, entre outros.

Durante a pesquisa de campo, observou-se que a sala de aula que tinha professor de apoio, o aluno público-alvo da educação especial pareceu se envolver mais nas atividades, pois o professor de apoio conseguiu além de levar as atividades, sentar e explicar como as atividades deveriam ser realizadas

Macedo (2021) salienta que ausência de políticas educacionais focadas em garantir a conectividade e o direito à educação em 2020, em plena pandemia, no caso estudado, acredita-se que os alunos público-alvo da educação especial poderiam ser melhor assistidos se houvesse políticas educacionais para garantir a aprendizagem em tempo de emergência sanitária (COVID 19). Kassar (2012) esclarece que a presença de alunos com deficiências nas escolas comuns expõe alguns problemas já presentes da educação brasileira: baixa qualidade de nossas escolas, a insuficiência na formação de nossos educadores, o baixo investimento, entre outros.

Silva, Blns e Rozek (2020) afirmam que o vírus acabou colocando em evidência e agravando as desigualdades sociais e educacionais e deixou várias famílias esperando um posicionamento da escola, como educar em tempos de pandemia.

Ainda os autores ressaltam que a modalidade de Educação à distância ou *online* não substitui as aulas presenciais, pois é importante a presença física para os alunos público-alvo da Educação Especial. O ensino remoto espera-se que o trabalho seja realizado com o apoio das famílias. É uma nova forma de aprender e manter o que foi aprendido.

Práticas educativas e adaptação

O medo da pandemia e o pavor de se contaminar afastaram alguns pais da unidade escolar para retirada das atividades, contudo os professores buscaram soluções para que o aluno tivesse acesso ao conhecimento, principalmente os alunos público-alvo da educação especial.

Acompanhando a escola as primeiras reuniões pedagógicas dos professores de alinhamento pedagógico, para inserir as atividades na plataforma *online*, com a utilização do *Meet* (aplicativo para realizar reuniões de videoconferência) para combinar como seriam as práticas pedagógicas e as adaptações para os alunos público-alvo da educação especial.



Primeiramente, os professores tentaram o contato via telefone e WhatsApp para saber como estavam os alunos e assim proceder as atividades curriculares. Os alunos não localizados via telefone, foi realizada a busca ativa (*in loco*) para não perder o vínculo escola e família.

As atividades foram divididas em blocos, cada bloco com atividades dos componentes curriculares e adaptadas à aprendizagem do aluno público-alvo da educação especial (Corumbá, 2020). Os professores de educação física enviaram vídeos com atividades práticas respeitando as limitações de cada um e proporcionando a interação familiar. As professoras de apoio utilizaram papelão, tampa de garrafa pet (diversas cores), barbante, palito de fósforo, lápis de cor para preparar atividades adaptadas obedecendo, a Resolução/SEMED nº 122.

Abreu (2020) reforça que antes de pensar na adaptação curricular é preciso ter acesso ao aluno, seja na modalidade que for. O poder público deve garantir acesso à inclusão digital a todos os alunos regularmente matriculados na rede pública de ensino, através de políticas públicas que favoreçam os menos assistidos digitalmente. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (Brasil, 2013) os recursos tecnológicos, como qualquer ferramenta, devem ser usados e adaptados para servir fins educacionais e como tecnologia assistiva. A prática educativa e a adaptação das atividades foram necessárias nesse período pandêmico, para atender a todos os alunos. Ainda nas Diretrizes Curriculares observa-se a importância de haver aproximação dos recursos tecnológicos de informação e comunicação, estimulando a criação de novos métodos didático-pedagógico, para que tais recursos e métodos sejam inseridos no cotidiano escolar.

As atividades adaptadas proporcionam recursos, como percepção de formas, cores, tamanho, imagens, que possibilitam o desenvolvimento da compreensão do conteúdo. Desse modo, as professoras se reinventaram durante a pandemia de coronavírus(COVID 19) criando situações que permitam aos alunos vivenciar as suas práticas sociais da escrita, dentro do seio familiar, respeitando o tipo de fala para cada situação e as limitações impostas pela pandemia.

O trabalho do professor durante a pandemia do COVID 19 diversificou-se coma busca de alternativas. A linguagem visual é importante no processo de aprendizagem, e isso ocorreu no envio das atividades impressas para auxiliar no desenvolvimento da escrita, pois para Reily (2012) “alunos nas séries iniciais de alfabetização são beneficiados com a associação palavra/figura em inúmeras situações de aprendizagem”.



Relativamente ao acompanhamento, durante o ensino remoto foi sugerido pela professora regente que a família gravasse vídeos da atividade sendo realizada pelo aluno público-alvo da educação especial, para verificar o andamento da aprendizagem se o aluno expõe o que entendeu da figura/imagem, se efetivamente a aprendizagem estava acontecendo.

A LDB enfatiza em relação ao ensino fundamental, em seu inciso I: “[...] o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;” (BRASIL, 1996, Art. 32). Esse dispositivo legal assegura que todos os alunos têm direito ao acesso à capacidade de aprender, desenvolvendo as capacidades básicas. E assim a professora tentou manter o vínculo com o aluno público-alvo da educação especial e assegurar o acesso ao saber, mesmo que à distância. Foram várias as tentativas para manter o vínculo com os alunos público-alvo da Educação Especial. As professoras montaram portfólio com fotos e relatos desse atendimento à distância.

Para quem teve acesso a plataforma *online* disponibilizou vídeos educativos e livros em *pdf*.

Considerações finais

A educação é um desafio constante e, em tempos de pandemia, os professores foram bem mais desafiados a transmitir/desenvolver o conhecimento à distância. Para Kassar (2012) a incorporação e a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência no país, têm avançado, mas esses avanços encontram limites.

Mesmo à distância e como o apoio da família, a aprendizagem parece ter ocorrido de forma gradual para o aluno público-alvo da educação especial. Essa evolução aconteceu com os alunos que são constantemente acompanhados pelos professores, seja por *WhatsApp*, *vídeos-chamadas* ou outro meio tecnológico. A aula à distância foi necessária, foram várias adequações para que o ensino/aprendizagem acontecesse. Provavelmente, se houvesse uma plataforma que atendesse melhor os alunos público-alvo da educação especial ocorreria mais aprendizagem, pois como afirma Santos (2010), os recursos tecnológicos pode ser meio facilitador de aproximação, interação e participação de todos os alunos.

Conclui-se que ainda, que professores se reinventaram, criaram e buscaram meios de levar o conhecimento até seus alunos, aprender - em tempos de pandemia - ficou limitado para



os alunos público-alvo da educação especial. Por falta de uma política de investimento público, a maioria das atividades adaptadas foi produzida pelo professor com recursos próprios.

Referências

ABREU, B. M. Inclusão e Acessibilidade em Tempos de Pandemia. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, 2020. Disponível em: <http://200.229.32.43/index.php/pedagogiacao/article/view/23705>

BRASIL. LDB, **Lei 9.396**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado em: 10 de outubro de 2020.

BRASIL. MEC – **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica**, julho de 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file> Acessado em: 21 de março de 2021.

BRASIL. MEC - **Portaria nº 343**, de 17 de março de 2020. Substituição das aulas presenciais por aulas por meios digitais. Disponível em: [digitalhttps://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm). Acessado em 10 de novembro de 2020.

BRASIL. MEC - **Parâmetros curriculares nacionais** - Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> . Acessado em: 12 de novembro de 2020.

BODGAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: editora Porto, 1994.

SCHREDER, C.; BIANCHI, V.; BOFF, E. T. O. Alfabetização: os desafios curriculares durante a pandemia (COVID-19). **Salão do Conhecimento**, v. 7, n. 7, 2021.

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. **Decreto nº 2.263, de 16 de março de 2020**. Medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus, COVID-19.

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. **Instrução Normativa nº 002, de 08 de junho de 2020**. Estabelece critérios para a organização das estratégias de aprendizagem da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.



CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. Orientações para organização do Plano de Estudo Tutorado (PET) e Regime de Teletrabalho. **Diário oficial de Corumbá**: 08 de junho de 2020. Edição 1930, p.8. Secretaria Municipal de Educação.

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. Resolução/SEMED nº 122, de 17 de agosto de 2020. Competencias do professor de apoio. Artº 8, p. 6. **Diário Oficial de Corumbá**: edição 1980.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos De Pesquisa**, n. 115, p. 139–154, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000100005>

FÁVERO, E. A. G. Direito à educação das pessoas com deficiência. **Revista CEJ**, v. 8, n. 26, p. 27-35, 2004.

FREITAS, M. T. de A. **A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa**. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 21-39, julho, 2002.

KASSAR, M. C. M. Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 833–849, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300010>

MACEDO, R. M. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. **Estudos Históricos**, Rio De Janeiro, v. 34, n. 73, p. 262–280, 2021. <https://doi.org/10.1590/S2178-149420210203>

MOLON, S. I. Questões metodológicas de pesquisa na abordagem sócio-histórica. **Informática na educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 56-68, 2008.

PLETSCH, M. D. O que há de especial na Educação Especial Brasileira? **Momento - Diálogos em Educação**, v. 29, n. 1, p. 57-70, 2020.

REILY, L. **Escola Inclusiva, linguagem e mediação**. 4 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012 (Edição Especial)

REIS, C. M. B. ; FONSECA, V. L.; VIEIRA JÚNIOR, N. Atendimento a alunos especiais em tempos de pandemia: espaços ocupados?. **Investigação, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.] , v. 10, n. 10, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i10.18937. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18937>

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Almedina, 2020. Disponível em: www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf



SILVA, K. W. da, BLNS; K. L. G.; ROZEK, M. A educação especial e a Covid-19: aprendizagens em tempos de isolamento social. **Interfaces Científicas** - Educação, n 10, v. 1, n. 10, p.124-136, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v10n1p124-136>